



Processo:	1000160205/2022
Interessado:	MARCIO E REINALDO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	11 de novembro de 2022

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Coordenador (a) da Comissão de Exercício Profissional, Ensino e Formação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, designa o (a) Conselheiro (a) **ANDREY AMADOR MACHADO** relator (a) do presente processo.

Goiânia, 11 de novembro de 2022.

Andrey Amador Machado

Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único, c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

Guilherme Vieira Cipriano

Assessor Jurídico e de Comissões



Processo:	1000160205/2022
Interessado:	MARCIO E REINALDO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	11 de novembro de 2022
RELATÓRIO E VOTO	

Trata-se de processo de auto de infração n.º 1000160205/2022 instaurado em desfavor de MARCIO E REINALDO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA por infração ao disposto no artigo 7º da Lei 12378/2010, o que atrai as penalidades previstas no artigo 35, X da Resolução n. 22 do CAU/BR. Consta que a pessoa jurídica em questão se apresenta como empresa prestadora de serviços de arquitetura sem, entretanto, possuir registro neste Conselho. Foi lavrada notificação preventiva, do que o autuado teve regular ciência. Concedido prazo de DEZ DIAS para regularização, transcorreu sem manifestação. Foi lavrado o auto de infração e concedido prazo de dez dias para apresentação de defesa, que também passou em branco. Os autos foram remetidos a esta Comissão para análise e julgamento.

É o suficiente relatório, passo ao voto.

Inicialmente, aponto que o artigo 7º da Lei 12378/2010 estabelece que é obrigatório o registro, no Conselho, de todas as pessoas jurídicas que exercem atividade privativa de arquiteto e urbanista ou que se apresentem como empresa prestadora destes mesmos serviços.

No caso presente, noto que a pessoa jurídica em questão possui as expressões “arquitetura e urbanismo” em sua razão social, denotando que de fato se apresenta como empresa prestadora de serviços em tais ramos. O comprovante de CNPJ da empresa também denuncia que a pessoa jurídica possui serviços de arquitetura e urbanismo entre seus objetos sociais.

Assim, é notório que a empresa em questão está obrigada ao registro neste Conselho, seja por conta da literalidade do já citado artigo 7º, seja pelo quanto estabelecido no artigo 1º da Resolução n. 28 do CAU/BR, que o regulamentou.

Isto posto, VOTO PELA MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO, nos termos do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR.

Atento aos vetores de orientação para aplicação da penalidade previstos no artigo 36 da Resolução n. 22 do CAU/BR tenho a considerar conforme segue:

- a) a empresa não possui antecedentes;
- b) a situação econômica é ignorada;
- c) as consequências e a gravidade da infração são ordinárias;
- d) não houve regularização.

Isto exposto, fixo a penalidade em 6 vezes o valor vigente da anuidade, ou seja, R\$ 3804,24.

É como voto.

ANDREY AMADOR MACHADO

Conselheiro(a) Relator(a)

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único, c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

Guilherme Vieira Cipriano
Assessor Jurídico e de Comissões



Processo:	1000160205/2022
Interessado:	MARCIO E REINALDO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DATA	11 de novembro de 2022

FORMULÁRIO DE VOTAÇÃO

Após apreciação do relato exarado pelo Sr. (a) Conselheiro (a) Relator (a), referente ao processo supracitado, fica deliberado conforme segue a votação dos membros desta Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional:

Conselheiro Titular / Suplente	Assinatura	Voto (favorável / contra / abstenção)
Andrey Amador Machado (coordenador)	-	Favorável
Anna Carolina Cruz Veiga de Almeida (titular)	-	Favorável
Juliana Guimarães de Medeiros (titular)	-	Favorável

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

Guilherme Vieira Cipriano
Assessor Jurídico e de Comissões



Processo:	1000160205/2022
Interessado:	MARCIO E REINALDO ARQUITETURA E URBANISMO LTDA
Assunto:	AUTO DE INFRAÇÃO
DELIBERAÇÃO N.º 89/2022-CEEFP/GO	

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás – CAU/GO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 33 e art. 34 da Lei 12378, de 31 de dezembro de 2010, e o Regimento Interno do CAU/GO,

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução n.º 22 do CAU/BR, em seus artigos 19 e seguintes, quanto à competência da Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional do CAU/GO para apreciação de recurso nos processos de fiscalização.

CONSIDERANDO a emissão de relatório e parecer pelo Conselheiro Relator.

CONSIDERANDO a votação conforme folha anexa a esta Deliberação.

DELIBEROU:

1 – Pela APROVAÇÃO do voto do Conselheiro Relator, nos termos do artigo 19 da Resolução n. 22 do CAU/BR, que decidiu pela MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO e pela fixação de multa de 6 vezes o valor vigente da anuidade, ou seja, R\$ 3804,24.

2 - Notifique-se o interessado para que pague a multa fixada ou para que, querendo, interponha recurso ao Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás, no prazo de TRINTA DIAS contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento desta deliberação.

3 - Findo o prazo sem recurso e sem pagamento da multa, encaminhe-se os autos à Área Financeira para cobrança e, posteriormente, sendo o caso, à Área Jurídica para ajuizamento de execução fiscal.

4 - Eventuais recursos ou pedidos de parcelamento da multa deverão ser encaminhados para o e-mail apoio.cepef@caugo.gov.br.

5 - Recursos fora do prazo serão liminarmente indeferidos.

Goiânia, 11 de novembro de 2022.

Andrey Amador Machado

Coordenador da Comissão de Exercício, Ensino e Formação Profissional
Titular

Anna Carolina Cruz Veiga de Almeida

Titular

Juliana Guimarães de Medeiros

Titular

Considerando a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas (art. 7º, parágrafo único, c/c art. 9º, da Deliberação Plenária *Ad Referendum* n. 07/2020-CAU/BR).

Guilherme Vieira Cipriano
Assessor Jurídico e de Comissões